



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JOSÉ CARLOS DE PONTES MACIEL

***DISCLOSURE DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA EVIDÊNCIA NAS
EMPRESAS ALTAMENTE POLUIDORAS***

**CAMPINA GRANDE-PB
2021**

JOSÉ CARLOS DE PONTES MACIEL

***DISCLOSURE DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA EVIDÊNCIA NAS
EMPRESAS ALTAMENTE POLUIDORAS***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Roseane Patrícia de Araújo Silva.

**CAMPINA GRANDE-PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M152d Maciel, Jose Carlos de Pontes.
Disclosure de informação socioambiental: [manuscrito] :
uma evidência nas empresas altamente poluidoras / Jose
Carlos de Pontes Maciel. - 2021.
43 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Sociais Aplicadas , 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Roseane Patrícia de Araújo Silva
, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Relatório de Sustentabilidade. 2. Empresas Brasileiras -
Poluição ambiental. 3. Indicadores Ambientais. 4. Indicadores
Sociais. I. Título

21. ed. CDD 657.3

JOSÉ CARLOS DE PONTES MACIEL

DISCLOSURE DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA EVIDÊNCIA NAS
EMPRESAS ALTAMENTE POLUIDORAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Ambiental.

Aprovado em: 20/05/2021

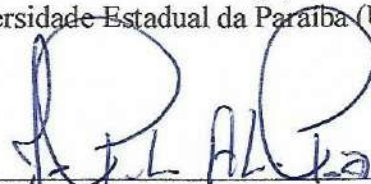
BANCA EXAMINADORA

Roseane Patrícia de Araújo Silva

Prof. Dra. Roseane Patrícia de Araújo Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Mamadou Dieng (Avaliador 1)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. José Péricles Alves Pereira (Avaliador 2)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico.

Aos meus pais Lúcia e Pedro, aos meus familiares e amigos, pelo apoio, dedicação e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos.

Aos meus pais, Pedro e Lúcia, e demais familiares, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

À minha orientadora Roseane Patrícia, por todo apoio, empenho, dedicação e compreensão.

Aos meus professores e aos demais funcionários da UEPB, que durante todo o curso me prepararam e ajudaram na construção da minha bagagem intelectual, me permitindo chegar até aqui.

Aos meus colegas de curso, especialmente aos amigos: Silvânia Silvano, Brenda Duarte, Millena Farias, Angélica Valentim e Lucas Duarte, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

Aos membros da banca examinadora, Mamadou Dieng e José Péricles, obrigado por terem aceitado o convite de fazer parte desse trabalho.

E por fim, a todos os que se fizeram presentes com uma palavra amiga, um carinho, um olhar, um afeto, com amor, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os relatórios de sustentabilidade referentes ao triênio 2017 a 2019 das empresas dos setores considerados de alto potencial poluidor e utilizador de recursos ambientais segundo o Anexo VIII da Lei nº 6.938 de 1981 que estão listadas na B3, de acordo com os indicadores apresentados pela *Global Reporting Initiative* (GRI). O trabalho trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, descritiva e documental. Os resultados destacam o desempenho da Petrobras (Categoria de Extração e Tratamento de Minerais), que foi a organização que mais apresentou os indicadores de caráter socioambiental do estudo, e por outro lado a Enauta (Categoria de Extração e Tratamento de Minerais) foi a que elaborou a mais baixa média de indicadores. A categoria de Indústria Química foi a que, dentre as categorias analisadas, expôs o maior índice de apresentação dos indicadores socioambientais. Utilizando a técnica do quartil, observou-se que, entre as empresas da amostra, 44,44% (4 empresas) apresentam bom nível de *disclosure*, possuindo índices entre 100% e 75% dos indicadores socioambientais, de acordo com os parâmetros da pesquisa; e 55,56% (5 empresas) um nível de *disclosure* satisfatório, possuindo índices entre 75% a 50%. O estudo conclui também que os indicadores sociais foram apresentados em menor escala quando comparados aos ambientais, os sociais possuem uma média de 55,95% de apresentação nos relatórios, enquanto os ambientais são de 86,11%. Ressalta-se, ainda, a pouca publicação de indicadores que se correlacionam com a preocupação com os *stakeholders* externos, mais precisamente com os consumidores, que denotaram um incipiente percentual de nível de divulgação, sendo este de 33,33%, considerado todas as empresas de estudo.

Palavras-chave: Relatório de Sustentabilidade. Empresas Brasileiras - Poluição Ambiental. Indicadores Ambientais. Indicadores Sociais.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the sustainability reports for the 2017 to 2019 triennium of companies in the sectors considered to have a high polluting potential and user of environmental resources according to Annex VIII of Law No. 6,938 of 1981, which are listed in B3, in accordance with the indicators presented by the Global Reporting Initiative (GRI). The work is a research with a qualitative, descriptive and documentary approach. The results highlight the performance of Petrobras (Category of Extraction and Treatment of Minerals), which was the organization that most presented the socio-environmental indicators of the study, and on the other hand Enauta (Category of Extraction and Treatment of Minerals) was the one that developed the lowest average of indicators. The Chemical Industry category was the, which among the categories analyzed, had the highest index of presentation of socioenvironmental indicators. Using the quartile technique, it was observed that, among the companies in the sample, 44.44% (4 companies) have a good level of disclosure, with indexes between 100% and 75% of the socioenvironmental indicators, according to the research parameters, and 55.56% (5 companies) a satisfactory level of disclosure, with rates between 75% and 50%. The study also concludes that the social indicators ended up being presented on a smaller scale when compared to the environmental ones, the social ones have an average of 55.95% of presentation in the reports, while the environmental ones are 86.11%. It is also noteworthy the little publication of indicators that correlate with the concern with external stakeholders, more precisely with consumers, which showed an incipient percentage of disclosure level, this being 33.33%, considered by all study companies.

Keywords: Sustainability Report. Brazilian Companies - Environmental Pollution. Environmental Indicators. Social Indicators.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	<i>Reportings</i> de Sustentabilidade	11
2.2	Investigações Correlatas	13
3	METODOLOGIA	18
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
5	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Um maior potencial financeiro sempre foi a meta primordial da maioria das organizações e, muitas vezes, às custas de questões de caráter socioambiental. Entretanto, com o passar do tempo, as organizações têm mostrado cada vez mais preocupações com questões voltadas para a sociedade e o meio ambiente, pois perceberam que suas atividades econômicas seriam prejudicadas a longo prazo se suas decisões continuassem a serem tomadas considerando apenas o aspecto financeiro (LOS, et al., 2013). Apenas preços baixos e produtos de qualidade não são mais necessários, o consumidor quer saber se a produção não foi obtida à custa da degradação do ambiente, de efeitos danosos ao ecossistema que atua ou dos habitantes circunvizinhos (KROETZ, 2000).

Com o crescente interesse por informações dos impactos gerados na sociedade e na natureza pela produção das organizações, surgiu a necessidade de um relatório que abordasse tais dados. Beuren; Domenico; Cordeiro (2013) afirmam que os relatórios de sustentabilidade podem ser uma ferramenta para a evidenciação das práticas ambientais, da transparência nas atividades e do envolvimento e preocupação com a sociedade. Contudo, esses relatórios apresentavam-se incompletos, possuindo mínima padronização e transparência e ainda com influência da área de marketing. Com a finalidade de determinar padrões na apresentação dos relatórios de sustentabilidade, foi formada a *Global Reporting Initiative* (GRI), entidade não-governamental, que possui uma estrutura de *multistakeholders*. Com o intuito de facilitar a divulgação dessas informações que vão além das financeiras, Dias; Siqueira; Rossi (2006) relatam que organizações não-governamentais do mundo inteiro se juntaram com a intenção de desenvolver modelos de relatórios de sustentabilidade que pudessem ser transparentes, responsáveis e não-enviesados, destacando, dentre eles, o modelo proposto através das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade criadas pelo GRI.

O Anexo VIII da Lei nº 6.938 de 1981, que foi alterada pela Lei nº 10.165 de 2000, elenca uma série de categorias que são classificadas como atividades com alto grau de potencial poluidor e utilizador de recursos ambientais. As organizações inseridas nesses setores necessitam, com um maior grau de importância, elaborar e apresentar tais relatórios, devido às suas características de produção e prestação de serviços que afetam diretamente o ambiente e a sociedade que estão inseridas. Por sua vez, a GRI, através de seu modelo de relatórios apresenta indicadores nos níveis ambientais e sociais para serem apresentados pelas

entidades que o utilizam. Surge, nesse contexto, o desenvolvimento desse trabalho, que buscou, através dos indicadores ambientais e sociais da GRI, analisar os relatórios de sustentabilidade das empresas com alto grau de potencial poluidor e utilizador de recursos ambientais que estão listadas na B3, estando, pois, em consonância com as investigações de Carvalho e Siqueira (2007); Demonier, J., Demonier, G. e Pires (2015); e Gewehr, Barata e Alves (2019).

Diante do exposto, a presente pesquisa formulou a seguinte questão problema: as empresas com alto grau de potencial poluidor e utilizador de recursos ambientais que estão listadas na B3, apresentam níveis significativos de divulgação de informação social e ambiental? Para aferir esse nível de divulgação utilizou-se os indicadores sociais e ambientais propagados pelo GRI *standard* que foram encontrados nos relatórios de sustentabilidade das instituições que foram tomados como objetos de estudo.

O trabalho tem como objetivo geral analisar os relatórios de sustentabilidade referentes ao triênio 2017, 2018 e 2019 das empresas com alto potencial poluidor e utilizador de recursos ambientais que estão listadas na B3, de acordo com os indicadores apresentados pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Como objetivos específicos, esse estudo pretende identificar as organizações com alto potencial poluidor e utilizador de recursos ambientais que estão listadas na B3; determinar quais dessas organizações apresentam relatórios de sustentabilidade no modelo GRI em todo o período; especificar os indicadores ambientais e sociais da *Global Reporting Initiative* (GRI); definir o nível de utilização dos indicadores ambientais e sociais da *Global Reporting Initiative* (GRI) nos relatórios de sustentabilidade; comparar a utilização dos indicadores da *GRI* dentro do tempo e empresas estudadas.

A justificativa deste trabalho se dá pela relevância e necessidade da prestação de informações socioambientais por parte das companhias que são consideradas potencialmente danosas para o meio em que atuam, especialmente no atual contexto, em que as organizações estão cada vez mais sendo cobradas por essas informações não só por seus consumidores, como também pela sociedade em geral. Essa cobrança, por parte de seus *stakeholders*, acaba por gerar uma preocupação com a questão da reputação e da legitimidade das organizações, que só será sanada por meio dos *disclosure* de informações em seus aspectos sociais, ambientais e de governança.

No meio acadêmico há uma preocupação com relação à divulgação de trabalhos nesse sentido. Nesse contexto, outros trabalhos foram divulgados no ambiente da academia, como os trabalhos de Demonier J., Demonier, G. e Pires (2015); Vasconcelos, Manzi e Pimentel (2016); Garcia, Ciasco e Marçal (2019); Gewehr, Barata e Alves (2019); Fernandes e Silva (2020). Os trabalhos anteriormente citados debatem sobre a utilização e a aplicabilidade dos relatórios de informações socioambientais e do modelo GRI, assim como seus indicadores, no que diz respeito à divulgação de ações de sustentabilidade e responsabilidade social por parte das organizações privadas.

Assim, este texto está organizado da seguinte maneira após essa introdução: inicialmente apresenta-se a revisão da literatura na qual se fará uma abordagem sobre os *reportings* de sustentabilidade e as investigações correlatas, em seguida descreve-se a metodologia, a análise de dados, as considerações finais e as referências utilizadas no estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 *Reportings* de Sustentabilidade

A divulgação de informações é peça chave para o desenvolvimento de qualquer organização, pois é a partir dela que as dúvidas das partes interessadas serão respondidas. De acordo com Gibbins, Richardson e Waterhouse (1990) a disponibilidade da informação tem como objetivo alcançar benefícios para as entidades, como a aceitação e legitimação da mesma perante a sociedade ou metas de alcance imediato mensuráveis em relação a aumento de proveitos ou redução de custos. Inicialmente, as organizações entendiam como partes interessadas em sua atuação apenas aqueles que exerciam influência diretamente sobre os rumos das mesmas, no caso os proprietários e acionistas, os chamados *shareholder*, deste modo, acabavam por divulgar apenas informações de caráter financeiro, pois era o que de fato chamava a atenção desse grupo de indivíduos. Segundo Fernandes (2007), na década de 1970, uma nova vertente começou a nascer na contabilidade empresarial: a necessidade da inclusão de informações adicionais, referente à atividade da companhia com relação à responsabilidade diante da sociedade como um todo, saindo de uma perspectiva inteiramente focada aos seus proprietários e investidores. Ainda Fernandes (2007), afirma que a importância da opinião pública e das expectativas da função das organizações na sociedade, as conduziram para uma direção que não seriam mais avaliadas apenas por sua performance econômico e produção de riqueza, suas responsabilidades abrangeram-se ao ambiente, às comunidades locais e à sociedade.

Assim foi constatado que outros grupos de indivíduos também tinham um papel relevante e importante para o desempenho da organização. Para Abreu et al. (2011) as partes interessadas ajudam para a melhor organização, desempenho e controle das organizações, provendo recursos, gerando demandas e analisando suas ações, criando então um cenário de relacionamento conjunto crucial para sua sobrevivência. Os *stakeholders*, como foi designado, acabam por englobar os funcionários, clientes, investidores, o governo e a sociedade em geral, além dos proprietários e acionistas. Diante desse novo contexto surgiu uma necessidade de prestar informações a esse novo grupo, que não se satisfazia apenas com informações de cunho financeiro, tendo em vista que outras áreas de atuação das companhias eram mais relevantes para eles, como as informações sobre a gestão dos impactos das empresas no ambiente e na sociedade em que atuam.

Para a prestação de informações socioambientais foram formulados modelos auxiliares na elaboração de relatórios, para que possam ser passadas o maior número de informações relevantes e transparentes nessas áreas. Esses relatórios, se sustentam no *triple bottom line*, que representa o resultado de uma empresa em níveis social, ambiental e financeiro. Nogueira e Faria (2012) afirmam que novos conceitos que emergiram na sociedade e a busca do desenvolvimento sustentável foram peças importantes para as organizações passarem a buscar um equilíbrio entre as dimensões do *triple bottom line*. Os relatórios com a finalidade mais utilizados pelas organizações na atualidade são o balanço social, o relatório de sustentabilidade, seguindo o modelo da GRI, e o relato integrado.

Esses relatórios possuem a mesma finalidade: comunicar as ações, compromissos e metas adotadas pelas organizações nos níveis ambientais, sociais e financeiros, porém, possuem estruturas diferentes em sua elaboração, já que cada uma dessas ferramentas possui uma entidade que rege e orienta de maneira diferente. No caso do Relatório de Sustentabilidade, a *Global Reporting Initiative (GRI)* é o órgão referência para orientação do padrão a ser seguido. Na formação do Relato Integrado, a *International Integrated Reporting Council (IIRC)* é a organização responsável por prestar assistência à sua formulação. Já o Balanço Social, o Instituto Ethos de Responsabilidade orienta um modelo no Brasil, que também possui um modelo complementar orientado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Apesar de compartilharem a mesma finalidade e divulgarem informações de mesma natureza, cada um desses relatórios possui suas particularidades e características. Garcia (2018) relata diferenças entre esses modelos. Segundo o autor, o Relatório de Sustentabilidade se concentra em divulgar os procedimentos relacionados aos mais importantes impactos da empresa com relação ao triple de sustentabilidade, os pilares ambiental, social e econômico, além de lidar com tópicos prioritários e de importância para seu grupo de *stakeholders*. O Relato Integrado, por sua vez, preza pelo destaque na reunião das informações prestadas de maneira que seja sucinto, com objetivo estratégico e para o futuro, expondo ações de como a instituição gera valor, a aplicação dos capitais e o comportamento na cadeia de valor, possui como base o foco na visão e gestão, governança, modelo de negócios, riscos e oportunidades, estratégia e alocação de recursos e desempenho da organização. Por fim, o Balanço Social destaca que objetiva publicar as práticas da companhia em um contexto de Responsabilidade

Social, tendo um modelo que se adequa de acordo com o que a empresa define como temas e abrangência na qual irá evidenciar as informações.

2.2 Investigações Correlatas

Diversas pesquisas com enfoque similar à presente investigação foram propagadas no meio acadêmico, entre as quais pode-se destacar as investigações de Vasconcelos, Manzi e Pimentel (2016); Garcia, Ciasco e Marçal (2019); Alves, Araújo e Santo (2019); Garcia et al. (2020) e Fernandes e Silva (2020). As investigações supracitadas, trazem em comum a observância da existência e divulgação de relatórios de informações ambientais e sociais, utilizando como objeto de estudo empresas de diferentes características corporativas. A seguir, serão feitas considerações sobre algumas dessas pesquisas.

A investigação de Vasconcelos, Manzi e Pimentel (2016) analisou as justificativas relatadas pelas organizações que não evidenciaram e não publicaram relatórios de sustentabilidade (ou semelhante) entre os anos de 2012 e 2015, entretanto participavam da iniciativa da BM&FBovespa, atual B3, “Relate ou Explique”. Após pesquisa documental, acompanhada da técnica de análise de conteúdo, os resultados indicaram que os custos para relatar, a falta de uma estrutura operacional e o volume de atividades seriam os principais motivos que levaram as companhias a não publicarem seus relatórios de sustentabilidade.

Garcia, Ciasco e Marçal (2019) analisaram o estágio atual de elaboração de Relato Integrado (RI) pelas organizações brasileiras, públicas ou privadas. Foram realizadas consultas ao Formulário de Referência das 635 empresas que enviaram tal documento à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 2018, no caso das organizações privadas, e para as estatais conforme o último boletim divulgado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Ao fim do estudo, os autores constataram que o RI é um assunto ainda com poucas publicações, tanto pelas empresas privadas como organizações públicas, de modo que 31% das empresas estudadas declararam divulgar informações socioambientais, sendo o RI elaborado por apenas 33 delas. Para as organizações públicas o número de Relatos Integrados publicados é ainda menor.

Já Alves, Araújo e Santo (2019), estudam a relação entre o valor de mercado das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3 e a divulgação voluntária do relatório de

sustentabilidade. Foram estudados relatórios de sustentabilidade publicados no período de 2012 a 2016 de 37 companhias de capital aberto com ações negociadas na B3, e pertencentes aos setores de alto potencial poluidor. Os achados da pesquisa contrariam a premissa de que o fato da empresa divulgar o relatório de sustentabilidade exerceria influência positiva no valor de mercado das empresas, pois ocorreu rejeição da hipótese de pesquisa, que afirmava que o valor de mercado das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3 está positivamente relacionado com a divulgação voluntária do relatório de sustentabilidade.

Garcia et al. (2020) verificaram quais estratégias de legitimidade organizacional, na divulgação da sustentabilidade da JBS S.A. foram modificadas após o escândalo da Operação Carne Fraca, ocorrida em 2017. O estudo realizou uma análise documental dos relatórios de sustentabilidade do período de 2015 a 2018, e os resultados indicaram que a empresa, apesar de sempre fazer vínculo de seu nome nas práticas socioambientais para ganhar e manter legitimidade, após a Operação, em 2018, foi notado que a intenção da empresa em mostrar seu vínculo com a sustentabilidade ficou ainda mais destacado nos relatórios. O estudo também concluiu que o termo sustentabilidade não foi utilizado com a finalidade de reparar sua legitimidade, entretanto utilizou estratégias de ganho e manutenção da legitimidade ao longo dos quatro anos analisados.

Fernandes e Silva (2020) desenvolveram um trabalho que buscou compreender como a contabilidade da extinção está inserida no Relato Integrado da Petrobras. Ao realizar análise na divulgação do impacto das atividades operacionais da companhia nas espécies afetadas e seus habitats, observou-se que ainda que elementos gerais tenham sido encontrados, os objetivos não foram alcançados de forma total, conforme proposto pelos autores, já que o relato integrado não divulga as informações referentes às espécies afetadas pelas operações da empresa, ou endereça os impactos que suas atividades ocasionam, sendo somente vagas expressões do que foi utilizado ou atingido pela companhia.

Trabalhos acadêmicos com o intuito de estudar os indicadores apresentados pela GRI também são encontrados, como pode se destacar os de Ribeiro e Gasparino (2006); Carvalho e Siqueira (2007); Demonier, J., Demonier, G. e Pires (2015) e Gewehr, Barata e Alves (2019).

Ribeiro e Gasparino (2006) verificaram como empresas dos EUA e Brasil relatam suas ações ambientais e o que elas têm feito para serem ambientalmente responsáveis. Utilizando como parâmetro para avaliar os indicadores da GRI, realizaram uma comparação dos relatórios de sustentabilidade das três maiores empresas, por faturamento, do setor de papel e celulose dos Estados Unidos com as três maiores empresas brasileiras do mesmo setor. Concluiu-se que as organizações norte-americanas, embora não possuíam todos os dados esperados, apresentaram relatórios mais completos, uma maior quantidade de indicadores e informações mais detalhadas. Entretanto, as empresas de ambos os países falharam na mensuração financeira dessas informações, muitas eram de caráter qualitativo e não existia menção quanto à forma de contabilização.

Da mesma forma Carvalho e Siqueira (2007) analisaram qual o nível de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI), assim como o grau de evidenciação efetiva (GEE) dos relatórios de sustentabilidade das empresas latino-americanas, excluindo as brasileiras, que utilizavam as Diretrizes da GRI e que divulgavam seus relatórios de maneira *online*. Os resultados concluíram que os menores índices estavam concentrados no grupo de indicadores sociais, enquanto o grupo de indicadores econômicos apresentava a maior média. Notou-se também que as empresas que afirmavam possuir um relatório que segue a GRI não foram as que obtiveram os melhores resultados, além de que as empresas analisadas no estudo se encontram em diferentes estágios de aderência às Diretrizes da GRI.

Por conseguinte, Demonier, J.; Demonier, G. e Pires (2015) investigaram o nível de adesão às diretrizes do modelo GRI G3 das cinco maiores empresas do Espírito Santo, de acordo com o tamanho de sua receita, que adotaram esse modelo para elaboração do relatório de sustentabilidade no exercício de 2012. O estudo indicou que, mesmo com anos de existência desse modelo, as empresas ainda não aderiram totalmente ao modelo GRI G3. Constatou-se, ainda, que aproximadamente 65% dos indicadores foram atendidos de acordo com requisitos mínimos solicitados pelo modelo, evidenciando que essas entidades necessitam aperfeiçoar, para transmitir aos usuários maior transparência em seus relatórios.

Finalmente, Gewehr, Barata e Alves (2019) analisam as ações de sustentabilidade e responsabilidade social e os indicadores econômicos, ambientais e sociais que são considerados prioridade pelas empresas que utilizam o Relatório GRI. Cinco empresas privadas do Rio Grande do Sul, que atuam em setores diferentes foram feitas parte da

amostra, e ao final do estudo concluiu-se que todas reportaram todos os indicadores de desempenho econômico, indicando que apresentam mais credibilidade perante os *stakeholders*. Os indicadores ambientais foram significativamente reportados por todas as empresas, porém, os aspectos energia, água, transporte, emissões, efluentes e resíduos são considerados, pelas empresas, os mais importantes. A porcentagem dos indicadores sociais varia entre as empresas, porém todas indicaram como prioridade os aspectos sociais, treinamento e educação e combate à corrupção.

Percebe-se que, com o auxílio destes trabalhos anteriores, que a maioria dos estudos realizados sobre relatório de sustentabilidade e sua evidenciação apresentaram que relatórios com informações socioambientais é um assunto ainda com poucas publicações, pois as organizações ainda dão mais importância para informações de caráter econômico, enquanto que as ambientais acabam sendo subestimadas. As informações socioambientais, quando apresentadas, são muitas vezes relatadas de modo qualitativo, de maneira vaga e imprecisa, e sendo evidenciada apenas as que a organização julga serem mais importantes, não divulgando todas disponíveis. Por fim, os custos para relatar, falta de uma estrutura operacional e o volume de atividades foram os principais motivos destacados para ausência de relatórios desse tipo.

Estudos relacionados ao grupo de organizações da presente pesquisa também são achados no meio acadêmico, mostrando assim uma preocupação em estudar esse nicho específico, que são consideradas altamente poluidoras. Peixoto, Santos e Luz (2017) analisaram a relação entre a evidenciação de gastos ambientais e o desempenho econômico-financeiro das empresas de capital aberto potencialmente poluidoras do Brasil. O trabalho foi realizado através de estimação por mínimos quadrados ponderados no período de 2010 a 2014, também foram incluídas variáveis de controle relacionadas a participação nos índices ICO2 e ISE, bem como o tamanho da empresa. Os resultados apresentaram que o nível da evidenciação ambiental pode influenciar o desempenho econômico-financeiro nas empresas de capital aberto com alto potencial poluidor e que a evidenciação de gastos ambientais também pode ser explicada por empresas que ingressam aos índices ICO2 e ISE, destacando que a teoria da legitimidade pode ser uma motivadora das entidades para garantir que sua atividade seja autêntica perante à sociedade.

Já Silva, Araújo e Santos (2018) estudaram a relação entre a rentabilidade e o *disclosure* de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor que são listadas na B3. Para alcançar o objetivo desta pesquisa, se utilizou a análise de conteúdo para examinar o *disclosure* de provisões e passivos contingentes ambientais pelas 38 empresas da amostra, no período cronológico de 2011 a 2016, bem como aplicou-se a regressão múltipla de efeito fixo. O resultado apresentou significância estatística entre a variável independente Rentabilidade e o *disclosure*, porém, com um coeficiente negativo, logo, as organizações mais rentáveis não são necessariamente aquelas que mais divulgam informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais. Em relação às demais variáveis, Valor de Mercado e Índice de Sustentabilidade Empresarial foram significantes e negativas; Endividamento mostrou-se positiva; Tamanho não apresentou significância; e, por fim, a Governança Corporativa foi omitida do modelo econométrico por se tratar de *dummies* fixas ao longo do painel.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho tem caráter descritivo quanto aos seus objetivos, e segundo Gil (2002, p. 42) esse tipo de estudo “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Quanto à abordagem do problema, se enquadra como qualitativa, pois, de conforme esclarecem Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Com relação aos procedimentos, a pesquisa se baseou na análise documental, pois o objeto de pesquisa foram os relatórios de sustentabilidade dos anos de 2017 a 2019 das empresas com alto potencial poluidor e de utilização de Recursos Naturais listados na B3, disponíveis no *site* eletrônico das mesmas. Lakatos e Marconi (2003, p. 174) explicam que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Quanto à análise de dados utilizou-se da análise de conteúdo, técnica que Bardin (2011, p. 47) define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A população da pesquisa foi composta por empresas listadas na B3 que são enquadradas com alto potencial poluidor e de utilização de Recursos Naturais segundo o Anexo VIII da Lei nº 6.938 de 1981 e alterada pela Lei nº 10.165 de 2000. Esse anexo apresenta as seguintes descrições para as categorias:

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS QUE SÃO ENQUADRADAS COM ALTO POTENCIAL POLUIDOR E DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Categoria	Descrição
Extração e Tratamento de Minerais	Pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento, lavra garimpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.

Indústria Metalúrgica	Fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvanoplastia, metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, ligas, artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas, produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive; galvanoplastia, fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.
Indústria de Papel e Celulose	Fabricação de celulose e pasta mecânica; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.
Indústria de Couros e Peles	Secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal.
Indústria Química	Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares, da destilação da madeira, fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos, fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares.
Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	Transporte de cargas perigosas, transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.

FONTE: Anexo VIII da Lei nº 6.938 de 1981 e alterada pela Lei nº 10.165 de 2000.

Ao realizar consulta no *site* da B3 algumas empresas não conseguiram indicar com clareza, seguindo as descrições acima, se realmente pertenciam a determinadas categorias. Para tal seria necessária uma profunda pesquisa do sistema produtivo e prestação de serviços dessas organizações, logo não foram incluídas no trabalho. Assim sendo, a categoria Indústria

de Couros e Peles acabou por ficar sem representantes e foi excluída do estudo, que se centrará nas demais categorias: Extração e Tratamento de Minerais, Indústria Metalúrgica, Indústria de Papel e Celulose, Indústria Química; e Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio. Foram encontradas 42 organizações que podem ser enquadradas nas categorias de estudo. As empresas encontradas foram distribuídas da seguinte forma nas categorias:

QUADRO 2 - COMPANHIAS COM ALTO POTENCIAL POLUIDOR E DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS PERTENCENTES À B3

Extração e Tratamento de Minerais	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aura Minerals Inc. ➤ Bradespar S.A. ➤ CSN Mineração S.A. ➤ Litel Participações S.A. ➤ Litela Participações S.A. ➤ MMX Mineração e Metalicos S.A. ➤ Vale S.A. ➤ Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ➤ 3R Petroleum Óleo e Gás S.A ➤ Cosan S.A. ➤ Dommo Energia S.A. ➤ Enauta Participações S.A. ➤ Petro Rio S.A. ➤ Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras ➤ Refinaria de Petroleos Manguinhos S.A. ➤ Ultrapar Participações S.A.
Indústria Metalúrgica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mangels Industrial S.A. ➤ Panatlantica S.A. ➤ Tekno S.A. - Industria e Comercio ➤ Aperam Inox America Do Sul S.A. ➤ Cia Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa ➤ Cia Siderurgica Nacional ➤ Gerdau S.A. ➤ Metalurgica Gerdau S.A. ➤ Usinas Sid de Minas Gerais S.A.-Usiminas ➤ Paranapanema S.A.
Indústria de Papel e Celulose	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cia Melhoramentos de São Paulo ➤ Irani Papel e Embalagem S.A. ➤ Klabin S.A. ➤ Suzano Holding S.A. ➤ Suzano S.A.
Indústria Química	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tronox Pigmentos do Brasil S.A. ➤ Unipar Carbocloro S.A. ➤ Braskem S.A. ➤ GPC Participações S.A.
Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Petrobras Distribuidora S/A ➤ Ferrovia Centro-Atlântica S.A. ➤ Cosan Logistica S.A. ➤ MRS Logistica S.A. ➤ Rumo S.A. ➤ Rumo Malha Norte S.A. ➤ Rumo Malha Paulista S.A.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2021.

Como algumas dessas empresas pertencem aos mesmos grupos de investidores, acabaram por apresentar os mesmos relatórios de sustentabilidade, que então foram considerados um único grupo no artigo, foi o caso da Gerdau S.A. e Metalúrgica Gerdau S.A., da Suzano Holding S.A. e Suzano S.A., da Cosan S.A. e Cosan Logística S.A. da CSN Mineração S.A. e Cia Siderúrgica Nacional, e da Rumo S.A., Rumo Malha Norte S.A. e Rumo Malha Paulista S.A. O grupo CSN Mineração, que é formado pelas companhias CSN Mineração S.A. e Cia Siderúrgica Nacional, apresentou seus últimos relatórios de sustentabilidade de forma bianual e não realizando com clareza, dentro dele, uma separação dos anos, dessa forma decidiu-se que o relatório do biênio 2016-2017 será analisado como sendo referente ao ano 2017 e o de 2018-2019 sendo como 2018 e 2019, respectivamente. No *site* institucional do Grupo Cosan consta a presença dos relatórios de sustentabilidade dos três anos de estudo, porém, apenas o referente ao de 2019 está disponível para acesso, enquanto os outros dois aparecem impossibilitados de se obter. Portanto foi determinada a exclusão do grupo Cosan do presente trabalho.

Finalmente, foram consideradas um total de 35 organizações de estudo. Após pesquisas em seus *sites* institucionais foram encontradas apenas 13 empresas que divulgaram relatórios de informações ambientais e sociais nos anos de 2017, 2018 e 2019, entretanto, só 9 adotaram o modelo proposto pela GRI em todos e serão a amostra da pesquisa, que foram as companhias Grupo CSN, Vale, Enauta, Petrobras, Irani, Klabin, Suzano, Braskem e o Grupo Rumo.

A categoria Indústria Metalúrgica, ao final, ficou sem nenhum representante, exceto pela a Cia Siderúrgica Nacional, que por possuir o mesmo relatório de informação socioambiental foi agrupado à CSN Mineração, da categoria de Extração e Tratamento de Minerais, para a formação do Grupo CSN. Então foi decidido aglutinar as duas categorias, formando assim a categoria Extração e Tratamento de Minerais e Indústria Metalúrgica.

O Grupo CSN Mineração S.A. apresentou o Relato Integrado, todavia, como possuía a presença dos indicadores sugeridos pela GRI, também foi considerado como pertencente à amostra. Desse modo, a amostra da pesquisa compreendeu essas instituições que apresentaram o referido relatório no intervalo determinado e adotaram fielmente o modelo GRI.

Foram pesquisados, nos 27 relatórios da amostra, cada um dos indicadores ambientais e sociais recomendados pelo modelo GRI para a verificação da sua presença ou não, tal procura foi realizada através dos códigos presentes em cada indicador, tendo em vista que em cada informação socioambiental prestada no relatório deve-se assinalar o código do indicador referente. Posteriormente, para a análise os dados encontrados, foram tabulados via ferramentas do *Microsoft Excel*, separados por categoria, empresa e ano.

Após a obtenção dos resultados através da utilização de índices de divulgação dos indicadores, foram determinados os níveis de aderência da divulgação e, para tal, utilizou-se a metodologia proposta por Nascimento et al. (2015), a técnica do quartil, que se divide em quatro níveis de aderência. O Nível 1, representado por índices entre 0,75 a 1,0 composto por organizações classificadas como de nível “bom”. O Nível 2, com índices variando entre 0,50 a 0,75, indicando um nível “satisfatório” de aderência. O Nível 3, englobando índices entre 0,25 a 0,50, sinalizando um nível de aderência “insatisfatório”. E por último o Nível 4, se encontra os índices entre 0,0 a 0,25, indicando um nível “ruim” de aderência.

Os 27 indicadores, 8 ambientais e 19 sociais, que serão investigados nos relatórios, juntamente com os pontos que cada um pode tratar, está apresentado abaixo. Caso a organização não tenha identificado algum desses indicadores, uma breve declaração desse fato será suficiente. Primeiramente, o quadro 3 destaca os indicadores de caráter ambiental, tendo eles como principal enfoque apresentar os impactos da empresa sobre o ecossistema em que atua.

QUADRO 3 - INDICADORES AMBIENTAIS

Código-Indicador Ambiental	Conteúdo
301-Materiais	O tipo e a quantidade de materiais utilizados para fabricar e embalar os produtos e serviços de uma organização, que podem ser materiais não renováveis ou renováveis. Indicação de Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados e Produtos e suas embalagens recuperados.
302-Energia	Consumo de energia dentro e fora da organização, podendo ser autogerada ou comprada de fontes externas e pode ser oriunda de fontes renováveis ou de fontes de energia não renováveis. Apresentar a Intensidade energética. Reduções do consumo de energia. Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços.
303-Água e Efluentes	Modo de Captação, consumo e descarte da água, além da forma de gestão de impactos relacionados ao descarte de água utilizada. Interações com a água como um recurso compartilhado.

304-Biodiversidade	Relatar as unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental. Demonstrar impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade. Apresentar habitats protegidos ou restaurados. Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN (<i>International Union for Conservation of Nature</i>) e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização.
305-Emissões	Informações sobre Emissões diretas, indiretas de gases de efeito estufa (GEE). Intensidade e redução de emissões desses gases. Dados sobre emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio (SDO) e outras emissões atmosféricas significativas.
306-Resíduos	Descrição de peso e total por composição dos resíduos gerados. Impactos significativos relacionados aos resíduos e a gestão de tais impactos. Resíduos destinados e não destinados para disposição final.
307-Conformidade Ambiental	Apresentar multas significativas e sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais.
308-Avaliação Ambiental de Fornecedores	Fornecedores selecionados com base em critérios ambientais. Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas.

FONTE: Elaborado pelo autor de acordo com GRI Standards 300 (2016), 2021.

A seguir, no quadro 4, serão apresentados os indicadores de caráter social, que buscam ressaltar os impactos que a organização exerce sobre os sistemas sociais em que está inserida.

QUADRO 4 - INDICADORES SOCIAIS

Código-Indicador Social	Conteúdo
GRI-401: Emprego	Apresentação de novas contratações e rotatividade de empregados. Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial. Informações sobre licença maternidade/paternidade.
GRI-402: Relações de Trabalho	Prazo mínimo de aviso geralmente dado a empregados e seus representantes antes da implementação de mudanças operacionais significativas que possam afetá-los substancialmente.
GRI-403: Saúde e Segurança do Trabalho	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes. Apresentação de um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. Serviços de saúde do trabalho. Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho. Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho. Promoção da saúde do trabalhador. Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios. Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. Relatar acidentes de trabalho e doenças profissionais.

GRI-404: Capacitação e Educação	Média de horas de capacitação por ano, por empregado. Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira. Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira.
GRI-405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Diversidade em órgãos de governança e empregados. E apresentação de proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens.
GRI-406: Não Discriminação	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.
GRI-407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva	Operações e fornecedores em que o direito dos trabalhadores de exercer liberdade sindical ou negociação coletiva pode estar sendo violado ou há risco significativo de violação e as medidas tomadas pela organização.
GRI-408: Trabalho Infantil	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil e as medidas tomadas pela organização.
GRI-409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas pela organização.
GRI-410: Práticas de Segurança	Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos. Aplicação dessa capacitação nas empresas contratadas que fornecem pessoal de segurança.
GRI-411: Direitos de Povos Indígenas	Casos de violação de direitos de povos indígenas.
GRI-412: Avaliação de Direitos Humanos	Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos. Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos. E operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos e capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos.
GRI-413: Comunidades Locais	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local. Divulgação de operações com impactos negativos significativos, sendo reais ou potenciais, nas comunidades locais.
GRI-414: Avaliação Social de Fornecedores	Fornecedores selecionados com base em critérios sociais. Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas.
GRI-415: Políticas Públicas	Contribuições políticas financeiras ou de outra natureza feitas direta e indiretamente pela organização, discriminadas por país e destinatário/beneficiário.
GRI-416: Saúde e Segurança do Consumidor	Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços, e também divulgação de casos de não conformidade legal em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços.
GRI-417: Marketing e Rotulagem	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços. Casos de não conformidade legal em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços e a comunicação de marketing.
GRI-418: Privacidade do Cliente	Queixas comprovadas relativas à violação da privacidade e perda de dados de clientes.
GRI-419: Conformidade Socioeconômica	Apresentação de multas e sanções não monetárias significativas por não conformidade com leis e/ou regulamentos na área socioeconômica e o contexto em

	que foram aplicadas.
--	----------------------

FONTE: Elaborado pelo autor de acordo com GRI Standards 400 (2016), 2021.

Para este trabalho, o indicador estudado será considerado como presente no relatório, mesmo que não divulgue todo o conteúdo especificado para o mesmo, e só será determinado como não-presente caso não ocorra nenhuma menção ao indicador no relatório analisado.

GRI-307	✓		✓	✓	✓	✓
GRI-308			✓	✓	✓	✓
%	75%	37,5%	87,5%	100%	100%	100%

FONTE: Elaborado pelo autor, 2021.

Legenda: GRI-301: Materiais; GRI-302: Energia;
 GRI-303: Água e efluentes; GRI-304: Biodiversidade;
 GRI-305: Emissões; GRI-306: Resíduos;
 GRI-307: Conformidade Ambiental;
 GRI-308: Avaliação Ambiental de Fornecedores.

Ao observar o quadro acima, nota-se que a maioria das instituições apresentam todos ou grande maioria dos indicadores propostos pelo GRI no que tange à questão ambiental. Em média, cada relatório do período apresenta 86,11% dos indicadores ambientais. O grupo CSN, a Klabin e a Braskem foram as únicas que divulgaram 100% dos indicadores nos três anos de estudo. O Grupo Suzano, a Petrobras e a Irani exibiram grande parte dos indicadores no período trabalhado; a Suzano demonstrou nos três relatórios estudados todos os indicadores, com exceção do que se refere a Materiais; já a Petrobras não apresentou esse mesmo indicador nos relatórios de 2017 e 2018, porém conseguiu 100% dos indicadores no referente a 2019; enquanto a Irani vinha exibindo todos os indicadores em seus relatórios, entretanto no que se refere a 2019, notou-se a ausência do indicador de Conformidade Ambiental. A Vale é a que demonstrou a menor média de divulgação entre o período na amostra (58,33%), pois nos dois primeiros anos apresentou metade dos indicadores, já no mais recente (2019), houve uma evolução, porém, aquém do ideal, de modo que foram evidenciados 6 dos 8 indicadores possíveis. Algo a se destacar é que em nenhum dos três anos a Vale apresentou os indicadores Materiais e Avaliação Ambiental de fornecedores. A Enauta e o Grupo Rumo foram outras instituições que abdicaram de apresentar o indicador Materiais. A Enauta também não informou o indicador Avaliação Ambiental de fornecedores nos dois últimos anos, e o Grupo Rumo apresentou o maior número de indicadores no relatório mais recentes (7 dos 8 disponíveis), o que representa um grande avanço se comparado a um ano antes, em que foram evidenciados apenas 3 deles, sendo, pois, dentre os relatórios estudados, o que apresentou menos indicadores ambientais e o único que apresentou um nível insatisfatório de aderência aos indicadores ambientais.

Algo interessante a ser mensurado é a regularidade da apresentação de cada indicador ao passar dos anos, pois assim pode-se identificar quais indicadores são mais e menos

divulgados pelas companhias. A tabela 1 possibilita uma visualização da frequência em que eles foram mostrados nos relatórios dos três anos estudados.

TABELA 1 - FREQUÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS

Indicadores Ambientais				Total de nº de relatórios
	2017	2018	2019	
GRI-301	4	4	5	13
GRI-302	8	7	9	24
GRI-303	9	7	9	25
GRI-304	9	9	9	27
GRI-305	9	9	9	27
GRI-306	8	9	9	26
GRI-307	9	7	8	24
GRI-308	7	6	7	20
Total de nº de Indicadores	63	58	65	-

FONTE: Elaborado pelo autor, 2021.

Legenda: GRI-301: Materiais; GRI-302: Energia; GRI-303: Água e efluentes; GRI-304: Biodiversidade; GRI-305: Emissões; GRI-306: Resíduos; GRI-307: Conformidade Ambiental; GRI-308: Avaliação Ambiental de Fornecedores.

Os indicadores que falam sobre a Biodiversidade e as Emissões são os que mais vezes foram evidenciados, sendo encontrados em todos os 27 relatórios analisados. O indicador Resíduos pode ser achado em 26 relatórios, sendo o terceiro mais demonstrado. Logo após, aparecem os Indicadores Água e Efluentes, Energia e Conformidade Ambiental, o primeiro presente em 25 relatórios e os dois últimos em 24. Os indicadores menos exibidos foram Avaliação Ambiental de Fornecedores com presença em 20 relatórios e, com ainda menos menções, o indicador Materiais, que é citado em 13 relatórios, ou seja, mais da metade de todos os relatórios não mencionaram o referido indicador. Apesar da baixa frequência de utilização, o indicador Materiais possui grande relevância pois presta informações sobre os materiais utilizados para fabricar e embalar os produtos e serviços de uma organização e se foram recuperados posteriormente, além de informar a utilização de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados. No quadro, ainda é possível observar que no ano de 2017 os indicadores ambientais foram divulgados em 63 vezes se juntarmos todos os relatórios estudados daquele ano e, no ano seguinte, nos relatórios de 2018, esse número diminuiu, ficando uma apresentação de 58 vezes. Posteriormente, os relatórios de 2019 foram os que evidenciaram mais vezes tais indicadores, exibindo-os 65 vezes.

Direcionando o estudo para os indicadores de âmbito social, o quadro 6, a seguir, apresenta o registro de quais desses indicadores estão presentes nos relatórios analisados.

QUADRO 6 - DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS

Extração e Tratamento de Minerais e Indústria Metalúrgica												
	Grupo CSN			Vale			Enauta			Petrobras		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
GRI-401	✓	✓	✓	✓		✓	✓			✓	✓	✓
GRI-402				✓		✓				✓	✓	✓
GRI-403	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓
GRI-404	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
GRI-405	✓	✓	✓	✓		✓	✓			✓	✓	✓
GRI-406		✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓	✓
GRI-407		✓	✓				✓			✓	✓	✓
GRI-408				✓	✓	✓	✓			✓	✓	✓
GRI-409				✓	✓	✓	✓			✓	✓	✓
GRI-410				✓	✓	✓				✓	✓	✓
GRI-411				✓	✓	✓				✓	✓	✓
GRI-412				✓	✓	✓				✓	✓	✓
GRI-413	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓
GRI-414							✓			✓	✓	✓
GRI-415					✓	✓				✓	✓	✓
GRI-416										✓	✓	✓
GRI-417										✓	✓	✓
GRI-418				✓								✓
GRI-419				✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
%	26,32%	36,84%	36,84%	73,68%	47,37%	68,42%	52,63%	21,05%	21,05%	94,74%	94,74%	100%
Indústria de Papel e Celulose												
	Irani			Klabin			Grupo Suzano					
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019			
GRI-401	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓			
GRI-402							✓					✓
GRI-403	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓
GRI-404	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓
GRI-405	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓
GRI-406								✓				✓
GRI-407				✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓
GRI-408	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓
GRI-409	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓
GRI-410												✓
GRI-411				✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓
GRI-412				✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓
GRI-413	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓

GRI-414	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
GRI-415									✓	
GRI-416	✓	✓	✓							
GRI-417										
GRI-418						✓				
GRI-419					✓	✓			✓	
%	47,37%	42,11%	36,84%	52,63%	63,16%	68,42%	63,16%	63,16%	84,21%	
Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio				Indústria Química						
	Grupo Rumo			Braskem						
	2017	2018	2019	2017	2018	2019				
GRI-401	✓	✓	✓	✓	✓	✓				
GRI-402	✓	✓	✓							
GRI-403	✓	✓	✓	✓	✓	✓				
GRI-404			✓	✓	✓	✓				
GRI-405		✓	✓	✓	✓	✓				
GRI-406				✓	✓	✓				
GRI-407										
GRI-408										
GRI-409			✓							
GRI-410										
GRI-411					✓	✓				
GRI-412			✓							
GRI-413	✓	✓	✓	✓	✓	✓				
GRI-414			✓	✓	✓	✓				
GRI-415			✓	✓	✓	✓				
GRI-416				✓	✓	✓				
GRI-417				✓	✓	✓				
GRI-418	✓	✓	✓							
GRI-419	✓	✓	✓	✓	✓	✓				
%	31,58%	36,84%	63,16%	57,89%	63,16%	63,16%				

FONTE: Elaborado pelo autor, 2021.

Legenda: GRI-401: Emprego; GRI-402: Relações de Trabalho;
 GRI-403: Saúde e Segurança do Trabalho;
 GRI-404: Capacitação e Educação;
 GRI-405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades;
 GRI-406: Não Discriminação; GRI-407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva
 GRI-408: Trabalho Infantil; GRI-409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo;
 GRI-410: Práticas de Segurança; GRI-411: Direitos de Povos Indígenas;
 GRI-412: Avaliação de Direitos Humanos; GRI-413: Comunidades Locais;
 GRI-414: Avaliação Social de Fornecedores; GRI-415: Políticas Públicas;
 GRI-416: Saúde e Segurança do Consumidor; GRI-417: Marketing e Rotulagem;
 GRI-418: Privacidade do Cliente; GRI-419: Conformidade Socioeconômica.

Primeiramente, se destaca a apresentação desses indicadores por parte da Petrobras, que os exibe quase que integralmente nos três anos estudados, sendo a única organização a

alcançar um nível bom de aderência em todos os relatórios analisados. Nos anos de 2017 e 2018, a empresa só não mencionou o indicador Privacidade do Cliente, enquanto no ano de 2019 todos os indicadores possíveis foram demonstrados, o único relatório a conseguir isso dentre todos os estudados. Já o grupo CSN demonstrou poucos indicadores nos relatórios analisados, já que no primeiro só aparecem 5 indicadores e, nos últimos, 7 dos 19, ficando em todo o período num nível insatisfatório de aderência. A companhia Enauta, por sua vez, vem apresentando uma queda no nível de sua divulgação, no relatório de 2017 apresentou 52,63% dos indicadores, porém nos dois anos posteriores caiu para apenas 21,05%, indo de um nível satisfatório no primeiro ano diretamente para um nível ruim de aderência nos anos seguintes, sendo os dois relatórios que menos apresentaram dentre todos. A Vale, nos relatórios de 2017 com 73,68% dos indicadores apresentados e 2019 com 68,42%, apresenta um desempenho satisfatório de exibição, todavia, no referente a 2018, é perceptível uma queda em sua apresentação, demonstrando um nível insatisfatório de 47,37%. Na categoria de papel e celulose, o grupo Suzano é o que exibe mais indicadores sociais, ressaltando o relatório de 2019 em que consta 84,21% dos indicadores, sendo o único além dos relatórios da Petrobras a alcançar um nível de aderência bom, e nos anos anteriores também obteve índices satisfatórios, 63,16% em ambos. A Klabin vem demonstrando um crescimento a cada ano no número de indicadores relatados, no primeiro ano de estudo mencionou 52,63%, ao passo que em 2018 e 2019 foram de 63,16% e 68,42%, respectivamente. Já a Irani seguiu a direção oposta da Klabin e vem diminuindo a divulgação desses indicadores ano após ano, sendo que em 2017, dos 19 existentes exibiu apenas 9, no referente a 2018 foram 8 indicadores, e em 2019 apenas 7, ficando em todos os anos em um nível insatisfatório de aderência. O grupo Rumo, em 2019, teve um aumento notável na divulgação em comparação com os dois anos anteriores, de maneira que em 2017 e 2018 apresentam 6 e 7 indicadores, respectivamente, enquanto no mais recente pulou para 12, indo de um nível insatisfatório de aderência para satisfatório no último relatório estudado. Por fim, a Braskem se manteve constante nos três relatórios estudados, tendo anunciado 57,89% dos indicadores no primeiro ano e 63,16% nos dois seguintes, ficando em um nível satisfatório em todos os 3 anos. Em média, cada relatório do período apresenta 55,95% dos indicadores que disponibilizam informações sociais, índice abaixo do apresentado pelos indicadores de caráter ambiental.

A seguir, na tabela 2, é possível notar a frequência que todos os indicadores de caráter social foram comunicados por meio dos três últimos relatórios de sustentabilidade das empresas estudadas.

TABELA 2 - FREQUÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS

Indicadores Sociais				Total de nº de relatórios
	2017	2018	2019	
GRI-401	8	7	8	23
GRI-402	4	2	4	10
GRI-403	9	9	8	26
GRI-404	8	7	9	24
GRI-405	8	7	8	23
GRI-406	4	5	5	14
GRI-407	4	4	4	12
GRI-408	6	5	4	15
GRI-409	6	4	5	15
GRI-410	2	2	3	7
GRI-411	4	5	5	14
GRI-412	4	4	5	13
GRI-413	8	9	9	26
GRI-414	6	5	6	17
GRI-415	2	3	5	10
GRI-416	3	3	3	9
GRI-417	2	2	2	6
GRI-418	2	1	3	6
GRI-419	5	5	7	17
Total de nº de Indicadores	95	89	103	-

FONTE: Elaborado pelo autor, 2021.

Legenda: GRI-401: Emprego; GRI-402: Relações de Trabalho; GRI-403: Saúde e Segurança do Trabalho; GRI-404: Capacitação e Educação; GRI-405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades; GRI-406: Não Discriminação; GRI-407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva; GRI-408: Trabalho Infantil; GRI-409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo; GRI-410: Práticas de Segurança; GRI-411: Direitos de Povos Indígenas; GRI-412: Avaliação de Direitos Humanos; GRI-413: Comunidades Locais; GRI-414: Avaliação Social de Fornecedores; GRI-415: Políticas Públicas; GRI-416: Saúde e Segurança do Consumidor; GRI-417: Marketing e Rotulagem; GRI-418: Privacidade do Cliente; GRI-419: Conformidade Socioeconômica.

A partir dos dados fornecidos pela tabela acima, conclui-se que os indicadores Comunidades Locais e Saúde e Segurança do Trabalhador foram os mais mencionados, estando presentes em 26 relatórios. O indicador Capacitação e Educação vem logo depois, sendo referido em 24 relatórios. Mencionados em 23 relatórios, tem-se os indicadores Emprego e Diversidade e Igualdade de Oportunidades. Com a aparição em 6 relatórios, os indicadores Marketing e Rotulagem e Privacidade do Cliente foram os menos comunicados. Outro indicador que se relaciona diretamente com os clientes também foi um dos menos exposto, Saúde e Segurança do Consumidor, que apareceu em somente 9 relatórios. É perceptível que a presença nos relatórios de sustentabilidade dos indicadores sociais não é tão constante se compararmos aos ambientais, tendo visto que a maioria desses indicadores aparecem de 14 a 17 relatórios do total. Também é possível chegar à conclusão de que o ano

de 2019 foi o que se teve mais vezes os indicadores sociais sendo apresentados, um aumento em relação ao ano anterior, em que tinha sido o que menos vezes divulgou dentre os três anos observados pelo estudo.

Para que fosse possível um olhar geral sobre a apresentação dos indicadores ambientais e sociais nos relatórios de sustentabilidade das organizações estudadas, a tabela a seguir (TABELA 3) foi elaborado fazendo uma média utilizando os indicadores das vertentes ambientais e sociais.

TABELA 3 - EVIDENCIAÇÃO DOS ÍNDICES DE APRESENTAÇÃO DE INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS

	2017	2018	2019	Média dos três anos
Extração e Tratamento de Minerais e Indústria Metalúrgica	71,55%	62,50%	72,04%	68,7%
Grupo CSN	63,16%	68,42%	68,42%	66,67%
Vale S.A.	61,84%	48,68%	71,71%	60,75%
Enauta Participações S.A.	70,07%	41,78%	48,03%	53,29%
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	91,12%	91,12%	100%	94,08%
Indústria de Papel e Celulose	75,11%	75,99%	77,41%	76,17%
Irani Papel e Embalagem S.A.	73,68%	71,05%	62,17%	68,97%
Klabin S.A.	76,32%	81,58%	84,21%	80,7%
Grupo Suzano S.A.	75,33%	75,33%	85,86%	78,84%
Indústria Química	78,95%	81,58%	81,58%	80,7%
Braskem S.A.	78,95%	81,58%	81,58%	80,7%
Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	53,29%	37,17%	75,33%	55,26%
Grupo Rumo S.A.	53,29%	37,17%	75,33%	55,26%

FONTE: Elaborado pelo autor, 2021.

A Petrobras é a organização que mais apresentou indicadores ambientais e sociais nos três anos em destaque, alcançando porcentagens de exibição de níveis bons, sempre acima dos 90% e alcançando 100% de todos os indicadores no relatório referente a 2019. Ao contrário disto, a Enauta, especialmente a partir de 2018 quando os relatórios passaram a ter um nível insatisfatório de aderência, apresenta os mais baixos índices de apresentação de caráter ambiental e social, possuindo uma média geral de 53,29% dos indicadores apresentados no período, o menor dentre todas as companhias de estudo. Tanto a Braskem como a Klabin ocuparam o posto de segunda melhor média de exibição dos indicadores, com 80,7% e se enquadram em um nível de aderência bom dos indicadores socioambientais. As demais empresas do setor de papel e celulose demonstraram desempenhos opostos, enquanto o Grupo

Suzano apresenta uma média geral de 78,84% de apresentação, sendo a quarta que mais apresenta e também classificada com um nível bom de aderência, e tendo uma evolução em 2019 com relação aos anos anteriores, a Irani vem a cada ano diminuindo sua taxa de exibição dos indicadores e apresentando uma taxa geral de 68,97%, sendo posta com um nível satisfatório de aderência. A Vale, apesar de ter apresentado o menor número de indicadores ambientais obteve recuperação, divulgando mais os indicadores sociais, porém ainda assim alcançou uma média geral de divulgação de indicadores socioambientais de 60,75%, a terceira pior dentre o grupo de estudo. Já o Grupo Rumo, após os dois primeiros anos com baixas menções aos indicadores, teve um nítido avanço no relatório mais recente, aumentando o número de indicadores presentes, mesmo assim foi a segunda que menos evidenciou os indicadores de caráter socioambiental, ficando com uma média geral de 55,26%.

Ao analisar cada categoria, é possível determinar que a categoria de indústria química é aquela que apresentou os maiores índices nos anos trabalhados, e chegando a uma média geral de 80,7% de indicadores informados. A categoria de papel e celulose ocupou o posto de segunda categoria que mais indicadores apresentou, ficando com médias superiores a 75% de apresentação nos 3 anos, e contabilizando uma média geral de 76,17%. Essas duas categorias foram as únicas que podem ser classificadas com um nível bom de aderência. Mesmo com a presença da Petrobras, que foi a empresa que alcançou o maior índice de apresentação, a categoria de Extração e Tratamento de Minerais e Indústria Metalúrgica ficou como a terceira que mais divulgou os indicadores, isso apresenta o reflexo da baixa divulgação desses indicadores por parte das outras empresas da categoria, que ficou com média geral de 68,7%. A categoria Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio foi a que menos divulgou os indicadores, resultado do fraco desempenho alcançado pelo Grupo Rumo nos anos de 2017 e 2018, a categoria alcançou uma média geral de divulgação dos indicadores socioambientais de 55,26%.

O quadro 7 apresenta a categorização dos relatórios da amostra em seu nível de aderência aos indicadores socioambientais de acordo com os índices encontrados.

QUADRO 7 - NÍVEL DE ADERÊNCIA AOS INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DOS RELATÓRIOS

Nível 1 - Bom	Nível 2 - Satisfatório	Nível 3 – Insatisfatório	Nível 4 - Ruim
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras (2019, 2018 e 2017)	Irani Papel e Embalagem S.A. (2019, 2018 e 2017)	Enauta Participações S.A (2019 e 2018)	-

Braskem S.A. (2019, 2018 e 2017)	Grupo CSN (2019, 2018 e 2017)	Grupo Rumo S.A. (2018)	-
Klabin S.A. (2019, 2018 e 2017)	Vale S.A. (2019 e 2017)	Vale S.A. (2018)	-
Grupo Suzano S.A. (2019, 2018 e 2017)	Grupo Rumo S.A. (2017)	-	-
Grupo Rum S.A. (2019)	Enauta Participações S.A (2017)	-	-
48,15%	37,04%	15%	0%

FONTE: Elaborado pelo autor, 2021.

A maior parte dos relatórios da amostra, 48,15%, se encontra em um nível bom de divulgação de informação socioambiental através da publicação dos indicadores da GRI em seus relatórios, outra parte considerável da amostra, 37,04%, pode ser enquadrada com um nível satisfatório de apresentação dessas informações. Por fim, dos 27 relatórios analisados, apenas 15% destes foram designados com um nível insatisfatório de exibição dos indicadores socioambientais, de modo que nenhum dos relatórios obteve índices considerados de nível ruim.

O quadro 8 apresenta em qual nível de aderência da divulgação socioambiental as empresas estudadas se encontram, para esse fim utilizou-se a média dos três anos dos indicadores socioambientais exibidos em seus relatórios.

QUADRO 8 - NÍVEL DE ADERÊNCIA AOS INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DAS ORGANIZAÇÕES

Nível 1 - Bom	Nível 2 - Satisfatório	Nível 3 - Insatisfatório	Nível 4 - Ruim
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	Irani Papel e Embalagem S.A.	-	-
Braskem S.A.	Grupo CSN	-	-
Klabin S.A.	Vale S.A.	-	-
Grupo Suzano S.A.	Grupo Rumo S.A.	-	-
-	Enauta Participações S.A.	-	-
44,44%	55,56%	0%	0%

FONTE: Elaborado pelo autor, 2021.

A partir da visualização do quadro acima é possível notar que o nível 2, formado pelas organizações que alcançaram um nível de aderência satisfatório, é o grupo que é composto pela maioria das empresas, representando 55,56% delas. Já o nível 1, que é formado pelas organizações com bom nível de aderência aos indicadores socioambientais do período, corresponde a 44,44% das empresas. Todas as organizações analisadas alcançaram ao menos um nível de aderência de indicadores socioambientais satisfatório, o que é reflexo do

desempenho na apresentação dos indicadores ambientais que foram divulgados com boa frequência, em contraste aos de aspectos sociais.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar, de acordo com os indicadores apresentados pela *Global Reporting Initiative* (GRI), os relatórios de sustentabilidade referentes ao triênio 2017, 2018 e 2019 das instituições consideradas com alto potencial poluidor e utilizadora de recursos ambientais. Norteador-se em discutir, identificar e analisar a apresentação dos indicadores ambientais e sociais nos relatórios dessas empresas.

A pesquisa constatou um nível insatisfatório de preocupação com a elaboração e a frequência de divulgação de relatórios com informações ambientais e sociais por parte das organizações que compõem os grupos estudados, mesmo que elas sejam classificadas como potencialmente danosas ao meio em que atuam. No período estudado, da população de 35 organizações, apenas 13 apresentaram algum relatório de informações socioambientais em todos os anos analisados, sendo 9 utilizando o modelo proposto pela GRI. Esse resultado vai ao encontro com o trabalho de Garcia, Ciasco e Marçal (2019), que concluíram que a divulgação de informação ambiental é um assunto ainda com poucas publicações por parte das empresas. O estudo de Vasconcelos, Manzi e Pimentel (2016) aponta que os motivos para a não publicação de relatórios de sustentabilidade são os custos para relatar, a falta de uma estrutura operacional e o volume de atividades, como já mencionados neste texto.

Ao analisar os relatórios das instituições da amostra no período, notou-se uma grande presença dos indicadores ambientais, tendo como destaque as organizações: Grupo CSN, Klabin e Braskem, que demonstraram todos os indicadores ambientais sugeridos pela GRI. Já a Vale acabou por apresentar, principalmente nos dois primeiros anos, poucos indicadores neste âmbito, sendo a que apresentou a menor média de indicadores por ano, 58,33%. Ao focar apenas nos indicadores, foi possível notar que os mais citados acabaram sendo os indicadores Biodiversidade e Emissões. O primeiro é, segundo o GRI Standards (2016), determinante para a prestação de informação sobre como as atividades das entidades impactam na biodiversidade do meio em que atuam, e também para demonstrar como é feito o gerenciamento desses impactos, enquanto que o indicador Emissões apresenta estratégias climáticas por parte das organizações, sendo, pois, ambos os indicadores encontrados em todos os relatórios estudados. O indicador Materiais, por sua vez, acabou sendo o menos

exibido nos relatórios, levando a entender o baixo interesse em divulgar informações sobre os impactos relacionados a materiais e como a empresa os gerencia (GRI STANDARDS, 2016).

Com relação aos indicadores sociais, notou-se que estão presentes nos relatórios em menor escala em comparação aos ambientais, enquanto os sociais possuem uma média de 55,95% de apresentação nos relatórios, os ambientais apresentam uma média de 86,11%, o que está de acordo com Carvalho e Siqueira (2007), que em seu texto afirmam que os menores índices tanto de GAPIE-GRI quanto de GEE estavam concentrados no grupo de indicadores sociais. A Petrobras se destacou nos três anos estudados, apresentando 18 dos 19 indicadores sociais nos dois primeiros relatórios e divulgando todos no mais recente, sendo a organização que obteve a melhor média do período (96,49%). A Enauta foi aquela que menos demonstrou os indicadores sociais no período com uma média de 31,58%, tendo alcançado só 21,05% dos apresentados nos dois relatórios mais recentes, e o Grupo CSN também deve ser citado pelo pouco número de indicadores exibidos com uma média de 33,33%. Os indicadores sociais mais frequentes nos relatórios foram os indicadores Comunidade Local, Saúde e Segurança do Trabalho, e Capacitação e Educação, com isso pode perceber-se uma maior disposição em exibir informação sobre como a organização cuida das localidades próximas e de seus funcionários. No estudo de Gewehr, Barata e Alves (2019) o indicador Capacitação e Educação foi indicado como prioridade em todos os relatórios vistos. Os menos citados foram os indicadores que se relacionam diretamente com o público consumidor, como os indicadores Saúde e Segurança do Consumidor, Marketing e Rotulagem, e Privacidade do Cliente, o primeiro presente em 9 relatórios e os dois últimos em apenas 6.

Ao fim do estudo conclui-se que a companhia Petrobras foi a que apresentou o melhor desempenho de apresentação dos indicadores ambientais e sociais no período investigado. Enquanto isso, a organização Enauta foi a que apresentou a mais baixa média de indicadores socioambientais. Destacar também a categoria de Indústria Química que, dentre as categorias analisadas, foi a que apresentou o maior índice de apresentação de indicadores de caráter socioambiental, enquanto a categoria de Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio foi a que menor divulgou esses indicadores. Com relação ao nível de aderência aos indicadores socioambientais apresentados, constatou-se que da amostra de 27 relatórios, 48,15% estão em um nível bom de aderência aos indicadores socioambientais, já 37,04% estão em um nível satisfatório, enquanto 15% em um nível insatisfatório. Também se chegou à conclusão de que das instituições estudadas 55,56%, obtiveram uma aderência satisfatória no período, enquanto

44,44% se enquadraram em um nível bom. Algo a se salientar é a pouca aderência a divulgação dos indicadores sociais por parte da maioria das organizações, principalmente pelos indicadores que se ligam com os seus consumidores, que foram os que menos apresentaram divulgação.

Entende-se que como limitação deste estudo, o fato de não se averiguar se cada indicador está tendo todo seu conteúdo sugerido sendo apresentado nos relatórios, bem como avaliar o grau da qualidade da informação que está sendo prestada. Outro fator limitante do estudo é a exclusão de organizações relevantes que fazem parte das categorias estudadas por não atenderem critérios estabelecidos pelo estudo. Para estudos futuros, sugere-se a análise dos indicadores ambientais e sociais sugeridos pela GRI nas instituições classificadas nas categorias considerados com grau médio de Potencial de Poluição e de utilização de Recursos Naturais, segundo o anexo VIII da Lei nº 6.938 de 1981.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Monica Cavalcanti Sá de *et al.* **Influência da Pressão dos Stakeholders na Proatividade Ambiental de Empresas Brasileiras**. In: **ENCONTRO DA ANPAD**, nº 35, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em:<http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=736&cod_evento_edicao=58&cod_edicao_trabalho=13407>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- ALVES, M. A. R. da S.; ARAÚJO, R. A. de M.; SANTO, L. M. da S. Análise da relação entre valor de mercado e divulgação do relatório de sustentabilidade: um estudo nas empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. **Revista Gestão e Secretariado (GeSec)**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 59-86, mai/ago. 2019. Disponível em:<<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/850/pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEUREN, I. M.; DOMENICO, D. D.; CORDEIRO, A. Análise de Indicadores do Environmental Management Accounting Evidenciados no Global Reporting Initiative. **Revista Gestão Organizacional**, [S. l.], v. 6, n. 2, p.21-35, mai/ago. 2013. Disponível em:<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/988>>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- B3. **Lista de empresas com ações na B3**. 2021. Disponível em:<http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 de dezembro de 2000. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10165.htm>. Acesso em: 05 mar. 2021.
- CARVALHO, F. de M.; SIQUEIRA, J. R. M. de. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais e Empresas Latino-Americanas. **Pensar Contábil**, [S. l.], v. 9, n. 38, 2007. Disponível em:<<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/113>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- DEMONIER, J. L.; DEMONIER, G. B.; PIRES, M. A. Nível de Adesão das Empresas atuantes no Mercado Capixaba ao Modelo de Relatório de Sustentabilidade GRI. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 5, n. 3, p.1-18, 2015. Disponível em:<<https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/285/pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; ROSSI, Monica Zaidan Gomes. **Balço Social: a Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative**

(GRI) em Empresas Brasileiras. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, nº 30, 2006, Salvador.

Anais... Disponível

em:<http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=149&cod_evento_edicao=10&cod_edicao_trabalho=5364>. Acesso em: 11 fev. 2021.

FERNANDES, Bianca Moraes; SILVA, Adriana Rodrigues. **Contabilidade da Extinção: uma análise no relato integrado da Petrobras.** *In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE "A CONTABILIDADE COMO MECANISMO DE GOVERNANÇA"*, nº 17, 2020, São Paulo. **Anais...** Disponível

em:<<https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2572.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

FERNANDES, J. S. Informação Empresarial: Do Paradigma da Utilidade ao Paradigma da Responsabilidade Social. Uma Análise das Empresas Portuguesas. **Tourism & Management Studies**, [S. l.], v. 3, p.53-64, 2007. Disponível

em:<<http://www.tmstudies.net/index.php/ectms/article/view/86/88>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GARCIA, Alexandre Sanches; CIASCA, Davi Navarro; MARÇAL, Amanda Dos Santos Veiga. **Como o Relato Integrado vem sendo disseminado no contexto das Organizações Privadas e Públicas?.** *In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING*, nº 19, 2019, São Paulo. **Anais...** Disponível

em:<<https://congressosp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1742.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

GARCIA, Kauane Ieguer *et al.* **Disclosure das Estratégias de Legitimidade nos Relatórios de Sustentabilidade da JBS S.A.** *In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE "A CONTABILIDADE COMO MECANISMO DE GOVERNANÇA"*, nº 17, 2020, São Paulo. **Anais...** Disponível

em:<<https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2012.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

GARCIA, T. Qual a diferença entre Relatório Integrado, Relatório de Sustentabilidade e Balanço Social?. **Gestão & Sustentabilidade**, [S. l.], vol. 1, p.13, julh. 2018. Disponível

em:<<http://gestaoesustentabilidade.com.br/vol-1-no-1-2018-etica-profissional-1a-edicao>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadores). **Métodos de Pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível

em:<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

GEWEHR, F. G. C.; BARATA, A. J. S. S.; ALVES, R. R. Análise de práticas sustentáveis em empresas que utilizam relatório Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, v.17, n.8, p.24-49, jul/dez. 2019. Disponível

em:<<https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/856>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

GIBBINS, Michael; RICHARDSON, Alan; WATERHOUSE, John. The Management of Corporate Financial Disclosure: Opportunism, Ritualism, Policies, and Processes. **Journal of Accounting Research**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 121-143, 1990. Disponível em:<<https://www.jstor.org/stable/2491219>>. Acesso em: 8 abr. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRI, Global Reporting Initiative. **GRI Standards**. 2016. Disponível em:<<https://www.globalreporting.org/standards/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOS, G. Z. *et al.* Atendimento de instituições financeiras às recomendações de evidência ambiental da Global Reporting Initiative (GRI). **Revista de Tecnologia Aplicada (RTA)**, [S. l.], v. 2, n. 2, p.58-80, mai/ago. 2013. Disponível em:<<http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RTA/article/view/762>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

NASCIMENTO, Maxleide Castro et al. **Relato Integrado: uma análise do nível de aderência das empresas do novo mercado aos indicadores-chave (KPIs) dos capitais não financeiros**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE NO SÉCULO XXI, nº 15, 2015. São Paulo, **Anais...** Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos152015/343.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

NOGUEIRA, E. P.; FARIA, A. C. de. Sustentabilidade nos Principais Bancos Brasileiros: Uma Análise sob a Ótica da Global Reporting Initiative. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 4, p. 119-139, out/dez. 2012. Disponível em:<<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2765/2145>>. Acesso em: 6 abr. 2021.

PEIXOTO, E. P. de A.; SANTOS, R. R. dos; LUZ; J. R. de M. Relação da Evidência dos Gastos Ambientais e Desempenho Econômico-Financeiro de Empresas Potencialmente Poluidoras do Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p.36-53, set./dez. 2017. Disponível em:<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/34051/pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

RIBEIRO, Maisa de Souza; GASPARINO, Marcela Fernandes. **Evidência Ambiental: Comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, nº 6, 2006, São Paulo. **Anais...** Disponível em:<https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos62006/an_resumo.asp?cod_trabalho=180>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVA, A. F. P. da; ARAÚJO, R. A. de M.; SANTOS; L. M. da S. Relação da rentabilidade e o *disclosure* de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [S. l.], v. 17, n. 52, p. 101-118, set/dez. 2018. Disponível em: <<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2689>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VASCONCELOS, M. L. D. de; MANZI, S. M. S.; PIMENTEL; M. S. Uma Análise das Explicações Apresentadas pelas Empresas Listadas na Bm&Fbovespa por não Divulgarem o Relatório de Sustentabilidade ou Similar. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 104-122, set/dez. 2016. Disponível em:<<https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/502>>. Acesso em: 19 mar. 2021.